

Travelers Seguros Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do Comitê de auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	15

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e societários apresentamos à apreciação de V.S.as. as demonstrações financeiras intermediárias da Travelers Seguros Brasil S.A. ("Companhia"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cenário Econômico

O cenário econômico brasileiro no primeiro semestre de 2018 foi marcado pela volatilidade, tanto por fatores internos, principalmente pela indefinição do quadro político, falta de uma agenda política e a greve dos caminhoneiros e fatores externos, como, diminuição da confiança de setores corporativos da zona do Euro e da China e medidas protecionistas dos EUA. O Banco Central reduziu a previsão de crescimento do PIB de 2018 para 1,6%, a previsão anterior era de crescimento de 2,6%, motivado principalmente pelo desaquecimento da atividade econômica no início do ano e impactos diretos da paralisação no setor de transporte de cargas ocorrido no final de maio. Também impactada pela paralisação do setor de transportes, que causou desabastecimento de produtos em todo o país, a projeção de inflação de 2018 foi elevada pelo BC de 3,8% para 4,2%. Já para 2019, o BC reduziu a previsão de inflação de 4,1% para 3,7%.

Perfil

A Companhia, controlada indiretamente pelo sócio americano Travelers Brazil Acquisition LLC, o qual detém 100% das ações da Companhia por meio da Travelers Participações em Seguros S.A, opera nos produtos de Responsabilidade Civil, Riscos Patrimoniais, Riscos de Engenharia e Linhas Financeiras, principalmente para o segmento de empresas, atuando nas principais regiões do país.

Os clientes e corretores de seguros que trabalham com a Companhia, têm acesso às melhores práticas em contratação de seguros, controles de riscos e atendimento a sinistros, desenvolvidos com base em uma experiência centenária do grupo Travelers US.

A Travelers oferece soluções ao mercado brasileiro e tem como objetivo ser referência em qualidade e prestação de serviços adequados à realidade local.

A Companhia possui participação no convênio DPVAT da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro

Os prêmios ganhos da Companhia atingiram o volume de R\$ 46 milhões no primeiro semestre (R\$ 44 milhões no mesmo período em 2017), representando um aumento de 3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O índice de sinistralidade bruto de resseguro foi de 55% no primeiro semestre (58% no mesmo período em 2017), mostrando uma redução de 3% em valor monetário.

O resultado financeiro, excluindo a operação de DPVAT, foi de R\$ 5 milhões no primeiro semestre (R\$ 7 milhões no mesmo período de 2017), apresentando redução em comparação ao período anterior, principalmente pela queda de juros em decorrência do cenário econômico atual.

Em 30 de junho de 2018 o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 78 milhões (R\$ 46 milhões em 31 de dezembro 2017) com uma evolução no patrimônio em 71%, em decorrência do aporte de capital, demonstrando a confiança dos acionistas no mercado brasileiro.

Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2018 a Companhia não mantém títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Controles Internos na prevenção à Fraude, Lavagem de Dinheiro e Corrupção

A Companhia dispõe de controles internos específicos, em conformidade com a legislação regulatória vigente, com o objetivo de prevenir e combater a ocorrência de fraudes, lavagem de dinheiro e corrupção.

Esses controles internos contemplam a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos relativos aos seus produtos, práticas operacionais e operações comerciais.

Recursos Humanos

Para estimular o desenvolvimento dos nossos talentos, mantemos uma política de treinamentos e de investimentos em subsídios para cursos de idiomas, graduação e pós-graduação.

A Companhia encerrou o semestre com 111 colaboradores, que possuem como principais benefícios: assistência médica e odontológica de qualidade, auxílio-creche, ticket refeição e cesta alimentação.

Política de distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada, e aos diretores e colaboradores pelos esforços, competência, lealdade e dedicação que possibilitaram os resultados alcançados no semestre.

São Paulo, 23 de Agosto de 2018.

Leonardo Freire de Semenovitch
Diretor Presidente

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Srs. Acionistas e Administradores

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Travelers Seguros Brasil S/A (“Travelers”) foi instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, sendo suas principais atribuições garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externas e internas, ofertando, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

No decorrer do primeiro semestre de 2018, o Comitê desenvolveu suas atividades com base no plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com gestores locais e da Matriz; (ii) acompanhamento e monitoração dos trabalhos das áreas responsáveis pelas demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e função de compliance; (iii) avaliação do escopo e do desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento do Sistemas de Controles Internos, do compliance e do gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Em decorrência de suas atividades, o Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições legais e regulamentares, e com base nos relatórios e pareceres apresentados, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria da Travelers Seguros Brasil S/A a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 23 de agosto de 2018.

Assizio Aparecido de Oliveira
Josemar Costa Silva
Paulina de Almeida Garutti



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Travelers Seguros Brasil S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Travelers Seguros Brasil S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travelers Seguros Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Travelers Seguros Brasil S.A
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		164.041	167.695	Circulante		178.606	182.738
Disponível		140	441	Contas a pagar	9	9.434	12.604
Caixa e bancos		140	441	Obrigações a pagar		3.850	6.967
Aplicações	5	100.764	89.995	Impostos e encargos sociais a recolher		2.729	3.196
Créditos de operações com seguros e resseguros		26.769	35.559	Encargos trabalhistas		2.690	2.194
Prêmios a receber	6.a.b.c	22.518	29.267	Impostos e contribuições		155	242
Operações com seguradoras		535	1.473	Outras contas a pagar		10	5
Operações com resseguradoras	6.d	3.493	3.104	Débitos de operações com seguros e resseguros		22.019	26.695
Outros créditos operacionais		223	1.715	Prêmios a restituir		116	118
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	12.b	26.960	32.487	Operações com seguradoras	10.a	729	4.141
Títulos e créditos a receber		1.146	1.089	Operações com resseguradoras	10.b	16.523	16.682
Títulos e créditos a receber		6	16	Corretores de seguros e resseguros	10.c	4.526	5.688
Créditos tributários e previdenciários		51	7	Outros débitos		125	66
Outros créditos		1.089	1.066	Depósitos de terceiros	11	594	650
Outros valores e bens		6	9	Provisões técnicas - seguros	12.a	146.559	142.789
Despesas antecipadas		130	82	Danos		146.559	142.789
Custos de aquisição diferidos	7	8.126	8.033				
Seguros		8.126	8.033				

Travelers Seguros Brasil S.A
 Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

Não circulante		98.945	66.753	Não circulante		6.372	6.124
Aplicações	5	81.537	60.320	Provisões técnicas - seguros	12.a	6.372	6.124
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	12.b	12.601	1.447	Danos		6.372	6.124
Custos de aquisição diferidos	7	1.161	1.137				
Seguros		1.161	1.137				
Imobilizado	8	3.290	3.506	Patrimônio líquido	14	78.008	45.586
Bens móveis		2.374	2.529	Capital social		142.432	94.432
Outras Imobilizações		916	977	Ajuste com títulos e valores mobiliários		(61)	108
				Prejuízos acumulados		(64.363)	(48.954)
Intangível	8	356	343				
Outros intangíveis		356	343				
Total		262.986	234.448	Total		262.986	234.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Travelers Seguros Brasil S.A
Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
(+) Prêmios emitidos		45.824	48.097
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(211)</u>	<u>(3.710)</u>
(=) Prêmios ganhos	15.a	45.613	44.387
(+) Receita com emissão de apólice	15.b	1.426	1.453
(-) Sinistros ocorridos	15.c	(25.028)	(25.876)
(-) Custos de aquisição	15.d	(6.805)	(5.684)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	15.e	(2.088)	(2.330)
(+/-) Resultado com resseguro	15.f	<u>(6.439)</u>	<u>(5.777)</u>
(+) Receita com resseguro		7.232	4.520
(-) Despesa com resseguro		(13.671)	(10.297)
(-) Despesas administrativas	15.g	(21.348)	(20.258)
(-) Despesas com tributos	15.h	(961)	(1.252)
(+/-) Resultado financeiro	15.i	2.897	5.025
(=) Resultado operacional		<u>(12.733)</u>	<u>(10.312)</u>
(+/-) Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes		5	(1)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		<u>(12.728)</u>	<u>(10.313)</u>
Participações sobre o resultado	17	(2.681)	(2.578)
(=) Prejuízo do semestre		<u>(15.409)</u>	<u>(12.891)</u>
Quantidade de ações		<u>474.138.086</u>	<u>205.613.256</u>
Prejuízo por ações - R\$		<u>(0,032)</u>	<u>(0,627)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Travelers Seguros Brasil S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prejuízo dos semestres	<u>(15.409)</u>	<u>(12.891)</u>
Variação no valor de mercado dos ativos disponíveis para venda	(307)	151
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	138	(69)
Prejuízo líquido abrangente do semestre	<u><u>(15.578)</u></u>	<u><u>(12.809)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Travelers Seguros Brasil S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2017	92.191	48	(23.360)	68.879
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(12.891)	(12.891)
Aumento de capital, conforme Portaria SUSEP nº 305 de 03/04/2017	2.241	-	-	2.241
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	82	-	82
Saldos em 30 de junho de 2017	94.432	130	(36.251)	58.311
Saldos em 1° de janeiro de 2018	94.432	108	(48.954)	45.586
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(15.409)	(15.409)
Aumento de capital, conforme Portaria SUSEP nº967 de 22/06/2018	48.000	-	-	48.000
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	(169)	-	(169)
Saldos em 30 de junho de 2018	142.432	(61)	(64.363)	78.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Travelers Seguros Brasil S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do semestre	(15.409)	(12.891)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	551	454
Redução ao valor recuperável dos ativos	(189)	84
Variação das provisões técnicas	(2.107)	1.568)
Variação custo de aquisição	(117)	(892)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(32.156)	8.807
Créditos das operações de seguros e resseguros	8.978	(4.841)
Ativos de Resseguro	(5.628)	(7.842)
Créditos fiscais e previdenciários	(44)	-
Despesas antecipadas	(48)	22
Outros Ativos	(8)	(687)
Fornecedores	(3.113)	(1.279)
Impostos e contribuições	(554)	322
Débitos de operações com seguros e resseguros	(4.674)	7.071
Depósitos de terceiros	(56)	320
Provisões técnicas - seguros e resseguros	6.126	8.581
Outros passivos	497	754
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(47.951)	(613)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:	27	45
Investimentos	-	(1)
Imobilizado	27	46
Pagamento pela Compra:	(377)	(1.612)
Imobilizado	(307)	(1.528)
Intangível	(70)	(84)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(350)	(1.567)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	48.000	2.241
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	48.000	2.241
Redução / (Aumento) Líquido (a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(301)	61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início dos semestres	441	412
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final dos semestres	140	473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Travelers Seguros Brasil S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo/SP e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.731, de 13 de Agosto de 2007.

A Companhia opera com os produtos de Property & Casualty (P&C), e mantém sua participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

A Companhia mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e pagamentos trimestrais.

A Companhia faz parte do Grupo Americano Travelers, sendo a controladora direta da Travelers Participações em Seguros Brasil S.A. e o controlador final a Travelers Companies Inc.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/15 e alterações posteriores, bem como os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária”.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros, principalmente pela capacidade financeira de seu acionista. Adicionalmente, a Administração tem um planejamento que prevê capitalizações futuras e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio.

Em 23 de agosto de 2018 as demonstrações financeiras intermediárias foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

2.1 Base para mensuração, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

2.2 Classificação dos contratos de seguro

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

2.3 Mensuração dos contratos de seguros

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculados conforme nota técnica atuarial.

As receitas e despesas relativas ao ramo DPVAT, são reconhecidas mensalmente ao resultado com base nos demonstrativos fornecidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as despesas relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas pelo prêmio mínimo (PMD) e diferido pela vigência dos contratos firmados com os resseguradores.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil:

- Notas 3.2. e 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações financeiras);
- Nota 3.3 - Redução ao valor recuperável
- Notas 3.7 e 12 - Provisões técnicas; e
- Nota 3.8 - Provisões judiciais

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos financeiros (Aplicações financeiras)

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data:

- (i) **“Títulos disponíveis para a venda”** - representadas por títulos e valores mobiliários que após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
- (ii) **“Títulos mantidos até o vencimento”** - compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras intermediárias.
- (iii) **“Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado”** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
- (iv) **“Empréstimos e recebíveis”** - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Prêmios a receber”.

Determinação do valor justo

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram seus valores justos apurados da seguinte forma: (i) depósitos com garantia especial - valor presente calculado considerando a variação do CDI.

3.3 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros,

reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridas, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é baseado em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

3.4 Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, sendo que o reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes às indenizações pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo histórico.

Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada desses ativos.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente gastos com desenvolvimento para sistema de computação, os quais estão registrados pelo custo.

Os custos das despesas com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada desses ativos.

3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP e Resolução CNSP vigentes, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA, conforme descritos a seguir:

- **A provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata dia”. O diferimento para os contratos de resseguro proporcionais é realizado simultaneamente aos prêmios diferidos de seguros correspondentes e para os contratos não proporcionais são diferidos pela vigência dos contratos firmados com os resseguradores.

A parcela referente aos Ricos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triângulos de Run- Off.

- **A provisão de sinistros a liquidar (PSL)** é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço são corrigidos monetariamente, líquidos das parcelas correspondente a expectativas de salvas e ressarcimentos.
- **A Provisão de sinistros incorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)** é apurada com base no Teste de Adequação dos Passivos, realizado semestralmente pela Companhia. Além disso, são realizados Testes de Consistência da Provisão de Sinistros a Liquidar para melhor monitoramento dos níveis de suficiência ao longo dos períodos.
- **A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.
- **A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)** é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até 30/06/2018. Para cálculo da provisão, utilizam-se as metodologias atuariais de Chain-Ladder, a partir da construção de triângulos de run-off, e de Bornhuetter-Ferguson (BF), a partir da análise conjunta de prêmios e sinistros finais esperados (sinistralidades esperadas). Ambos os métodos são amplamente conhecidos e praticados pelo mercado segurador brasileiro. Para construção dos triângulos de run-off são utilizados os dados históricos trimestrais de sinistros disponíveis desde o início de operações da Companhia (2012), que possibilitam a análise do desenvolvimento histórico de sinistros pagos e incorridos para projeção do desenvolvimento futuro de sinistros por trimestre de ocorrência. Portanto, este método parte da suposição de que existe um padrão consistente entre a ocorrência e o desenvolvimento dos sinistros (proporcionalidade entre os períodos de desenvolvimento). Para definição da melhor estimativa da provisão de IBNR, realiza-se a análise conjunta das metodologias de Desenvolvimento de Sinistros Pagos, de Desenvolvimento de Sinistros Incorridos e de Bornhuetter-Ferguson (BF).

Para o ramo DPVAT as provisões técnicas são constituídas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

3.8 Provisões judiciais

De acordo com o CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Adicionalmente para as contingências cíveis e trabalhistas é realizada uma avaliação individual das contingências com base no histórico de perdas independentemente da classificação do risco. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9 Teste de Adequação dos Passivos

O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e premissas realistas.

O resultado da TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações decorrentes de todos os contratos de seguro vigentes na data-base de teste; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Qualquer insuficiência apresentada no teste enseja o registro imediato de provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período.

O teste é realizado considerando fluxos de caixa e provisões técnicas brutos de resseguro. Para a projeção da melhor estimativa dos passivos atuariais, foram apurados os fluxos de caixa estimados de prêmios, sinistros ocorridos e não pagos, sinistros a ocorrer, despesas com sinistros, despesas administrativas e impostos, por grupo de ramos com características de riscos similares, e mensurados descontando-os por meio de estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) na data-base do teste, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), conforme determinação constante na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

O fluxo de caixa trazido a valor presente relacionado aos sinistros ocorridos, considerando indenizações e despesas de sinistros, foi comparado à soma das provisões de PSL, IBNR e PDR. O fluxo de caixa trazido a valor presente relativo a sinistros a ocorrer foi comparado à soma das provisões de PPNG e PPNG-RVNE, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a projeção dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa de sinistralidade por grupos de ramos com características de riscos similares, utilizando a experiência histórica de sinistralidade da Companhia, que resultou em sinistralidade média de 49,2%.

O TAP realizado para a data-base de 30 de junho de 2018 não indicou necessidade de ajustes nas provisões técnicas.

Resultados do Teste de Adequação de Passivos

Sensibilidade	Total de Provisão de Sinistros	Valor Presente do Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos	(In)Suficiência Provisão de Sinistros	Total de Provisão de Prêmios (líquida de CAD e ativos intangíveis)	Valor Presente do Fluxo de Caixa de Sinistros a Ocorrer	(In)Suficiência Provisão de Prêmios	Ajuste Final de Provisões
(1) Cenário Base	34.947	34.423	524	38.048	29.880	8.168	-
(2) Sinistralidade + 10pp	34.947	34.423	524	38.048	34.130	3.918	-
(3) Despesas + 10%	34.947	34.423	524	38.048	30.622	7.426	-
(4) Juros - 10%	34.947	34.575	372	38.048	30.221	7.827	-
(5) Juros + 10%	34.947	34.274	673	38.048	29.548	8.500	-

- (1) Cenário Base
(2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade
(3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas
(4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.
(5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

3.10 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável no período que excede R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até agosto de 2015 e à alíquota de 20% até o exercício de 2018.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

4 Gerenciamento de riscos

4.1 Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com, políticas internas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva dedicada, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional e riscos de capital sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

4.2 Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

Controle de risco operacional

A Companhia possui agentes de controles internos alocados nas gerências operacionais, os quais são responsáveis pela identificação dos riscos e auxílio à gerência de controles internos, responsável pela formalização de matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos. As principais gerências da Companhia possuem os riscos avaliados conforme metodologia interna.

4.3 Risco de seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros destes ramos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

A gerência de controles internos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições a riscos de seguros acumulados para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Estratégia de subscrição

A Companhia oferece seguros nos ramos de Property & Casualty (P&C). A Companhia tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de seguros assumidos. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios retidos líquidos de RVNE.

Regiões	30/06/2018		30/06/2017	
	Prêmio retido	%	Prêmio retido	%
Centro-oeste	778	3%	971	3%
Distrito Federal	205	1%	323	1%
Nordeste	2.188	7%	2.741	9%
Norte	567	2%	768	3%
Sudeste	23.417	80%	22.355	73%
Sul	2.440	7%	3.275	11%
Totais	29.595	100%	30.433	100%

Estratégia de resseguro

A Companhia utiliza contratos de resseguro com estruturas proporcionais e não proporcionais, objetivando a redução da volatilidade dos sinistros retidos e consequente mitigação de riscos e preservação da solidez financeira da Companhia. Estas estruturas são revisadas anualmente e colocadas junto a resseguradores de reconhecida força financeira e aprovados para operar no mercado brasileiro. Além do critério de rating mínimo, também são observados critérios de diversificação de riscos entre resseguradores.

A estratégia da Companhia é atuar dentro da capacidade do contrato de resseguro, no entanto, é possível fazer uso de contratos facultativos como forma de gerenciar a exposição em determinados riscos (principalmente aqueles com Importâncias Seguradas elevadas).

Importante destacar que as retenções definidas nos contratos de resseguro são inferiores aos limites técnicos fixados pela SUSEP, estando assim em conformidade com a legislação vigente.

Resultado do teste de sensibilidade

Passivos atuariais

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento nas taxas de juros e na sinistralidade. A análise foi realizada através da simulação do impacto no resultado e no patrimônio líquido na data base a demonstração financeira, dos riscos que a Companhia julga serem mais relevantes e que podem afetar o seu patrimônio. Os resultados do teste estão apresentados abaixo.

Resultados do teste de sensibilidade em 30 de junho de 2018

Fatores de sensibilidade	Descrição do fator			
			Subscrição	Mercado
<i>Sinistralidade</i>	<i>O impacto da mudança da taxa de sinistralidade sobre a taxa atual</i>			
<i>Taxa de Juros</i>	<i>O impacto na mudança nas taxas de juros de mercado para a companhia</i>			
<i>Inflação</i>	<i>O impacto do aumento da taxa de inflação para a companhia</i>			
Principal (is) Premissa (s)	Sinistralidade		Taxa de juros + Inflação	
	Aumento 10%p.p	Diminuição 10% p.p	Aumento 10%p.p	Diminuição 10%p.p
Aumento/redução				
Efeitos				
Resultado antes dos impostos e participações e Patrimônio Líquido (R\$)	2.503	(2.503)	(579)	579
Resultado antes dos impostos e participações (%)	20%	(20%)	(2%)	2%
Patrimônio Líquido (%)	(3%)	3%	1%	(1%)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis, incluindo-se as provisões para despesas relacionadas (PDR) e excluindo as provisões relacionadas ao convênio DPVAT.

Bruto de resseguro

Montante de sinistros <u>incorridos</u>	Ano de Aviso do Sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	367	2.662	9.925	13.125	20.593	22.843	17.615	17.615
Um ano após o aviso	294	3.618	9.902	12.815	21.350	18.990	-	18.990
Dois anos após o aviso	337	3.810	10.824	13.905	22.288	-	-	22.288
Três anos após o aviso	336	3.964	10.385	13.756	-	-	-	13.756
Quatro anos após o aviso	339	4.096	12.391	-	-	-	-	12.391
Cinco anos após o aviso	408	4.240	-	-	-	-	-	4.240
Seis anos após o aviso	410	-	-	-	-	-	-	410
Estimativa dos sinistros na data-base	410	4.240	12.391	13.756	22.288	18.990	17.615	89.690
Pagamento de sinistros até 30/06/2018	322	4.029	12.201	11.739	15.822	12.226	3.780	60.119
Sinistros Pendentes em 30/06/2018 (*)	88	211	190	2.017	6.465	6.764	13.836	29.570

Montante de sinistros <u>pagos</u>	Ano de Aviso do Sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	150	783	2.976	5.095	8.573	6.899	3.780	3.780
Um ano após o aviso	284	2.605	9.207	9.923	13.636	12.226	-	12.226
Dois anos após o aviso	309	3.329	9.909	11.263	15.822	-	-	15.822
Três anos após o aviso	311	3.774	10.200	11.739	-	-	-	11.739
Quatro anos após o aviso	317	3.910	12.201	-	-	-	-	12.201
Cinco anos após o aviso	319	4.029	-	-	-	-	-	4.029
Seis anos após o aviso	322	-	-	-	-	-	-	322
Sinistros pagos até a data-base	322	4.029	12.201	11.739	15.822	12.226	3.780	60.119

(*) O valor demonstrado no quadro acima inclui o montante de R\$ 2.071 referente a PDR.

Líquido de resseguro

Montante de sinistros <u>incorridos</u>	Ano de Aviso do Sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	165	1.847	3.950	6.846	10.143	12.421	8.729	8.729
Um ano após o aviso	118	2.775	3.836	6.574	9.833	10.627	-	10.627
Dois anos após o aviso	135	2.869	4.661	7.734	10.361	-	-	10.361
Três anos após o aviso	134	3.017	4.216	7.560	-	-	-	7.560
Quatro anos após o aviso	136	3.110	4.824	-	-	-	-	4.824
Cinco anos após o aviso	163	3.170	-	-	-	-	-	3.170
Seis anos após o aviso	186	-	-	-	-	-	-	186
Estimativa dos sinistros na data-base	186	3.170	4.824	7.560	10.361	10.627	8.729	45.457
Pagamento de sinistros até 30/06/2018	151	3.071	4.721	6.162	6.853	6.207	1.945	29.110
Sinistros Pendentes em 30/06/2018 (*)	35	99	104	1.398	3.508	4.420	6.784	16.347

Montante de sinistros pagos	Ano de Aviso do Sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	-	293	1.324	2.423	3.266	3.407	1.945	1.945
Um ano após o aviso	113	1.823	3.272	4.878	5.893	6.207	-	6.207
Dois anos após o aviso	124	2.389	3.844	5.726	6.853	-	-	6.853
Três anos após o aviso	124	2.826	4.118	6.162	-	-	-	6.162
Quatro anos após o aviso	127	2.958	4.721	-	-	-	-	4.721
Cinco anos após o aviso	128	3.071	-	-	-	-	-	3.071
Seis anos após o aviso	151	-	-	-	-	-	-	151
Sinistros pagos até a data-base	151	3.071	4.721	6.162	6.853	6.207	1.945	29.110

(*) O valor demonstrado no quadro acima inclui o montante de R\$ 1.425 referente a PDR.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via DPGes.

Ativos financeiros / Rating	30/06/2018							Total
	B1	B3	BB	BB-	BB- (Soberano)	BBB+	Sem Rating	
Disponível para venda	5.648	2.818	-	517	167.862	1.413	4.043	182.301
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	81.529	-	-	81.529
DPGE	5.648	2.818	-	517	-	1.413	4.043	14.439
LFT	-	-	-	-	69.235	-	-	69.235
NTN-b	-	-	-	-	17.098	-	-	17.098
Caixa e bancos	-	-	139	1	-	-	-	140
Outros recebíveis (*)	-	-	-	-	-	-	319	319
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	22.518	22.518
Total do circulante e não circulante	5.648	2.818	139	518	167.863	1.413	26.880	205.279

31/12/2017									
Ativos financeiros / Rating	B1	BB+	BB-	BB- (Soberano)	BBB-	BBB+	Caa1	Sem Rating	Total
Disponível para venda	8.768	-	500	131.065	58	1.309	2.724	5.891	150.315
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	71.987	-	-	-	-	71.987
DPGE	8.768	-	500	-	58	1.309	2.724	5.891	19.250
LFT	-	-	-	52.403	-	-	-	-	52.403
NTN-b	-	-	-	6.675	-	-	-	-	6.675
Caixa e bancos	-	418	23	-	-	-	-	-	441
Outros recebíveis (*)	-	-	-	-	-	-	-	317	317
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	-	28.743	28.743
Total do circulante e não circulante	8.768	418	523	131.065	58	1.309	2.724	34.951	179.816

(*) Refere-se substancialmente a investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., avaliado ao valor de custo.

Exposições ao crédito de resseguro

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que tenha rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultuosos seja minimizado.

Ativos de resseguro	Categoria do risco	Agência Rating	30/06/2018	31/12/2017
Local	A	A.M. Best Company	4.610	3.874
Local	A-	A.M. Best Company	14.301	12.054
Local	A+	A.M. Best Company	7.826	7.293
Local	BBB	Standard & Poor's/ Fitch	280	67
Local	B++	A.M. Best Company	363	210
Admitida	A	A.M. Best Company	320	310
Admitida	A+	A.M. Best Company	11.600	4.860
Admitida	A+	Standard & Poor's/ Fitch	-	4.853
Eventual	A	A.M. Best Company	177	153
Eventual	A+	A.M. Best Company	11	-
Eventual	A-	A.M. Best Company	74	260
Total			39.562	33.934

4.5 Risco de liquidez

Forte posição de liquidez é mantida por meio de política de gerenciamento para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro.

Controle de risco de liquidez

A Companhia tem uma política de liquidez onde estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez e honrar as obrigações assumidas em seus vencimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento como as análises de sensibilidade, e verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros) e casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

Travelers Seguros Brasil S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018

	30/06/2018					31/12/2017				
	Saldo em 30/06/2018	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo em 31/12/2017	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano
Caixa e bancos	140	140	-	-	-	441	441	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos	86.333	-	824	4.962	80.547	59.078	-	-	-	59.078
Depósitos a prazo com garantia especial	14.439	-	13.155	294	990	19.250	-	5.287	12.721	1.242
Quotas de fundos de investimentos	81.529	81.529	-	-	-	71.987	71.987	-	-	-
Total Aplicação Financeira	182.301	81.529	13.979	5.256	81.537	150.315	71.987	5.287	12.721	60.320
Prêmios a receber (*)	22.518	2.086	19.659	773	-	29.267	4.150	24.686	431	-
Operações com seguradora	535	-	421	114	-	1.473	-	1.158	315	-
Operações com resseguradora	3.493	-	3.493	-	-	3.104	-	3.104	-	-
Outros créditos operacionais	223	223	-	-	-	1.715	1.715	-	-	-
Títulos e créditos a receber	1.146	1.146	-	-	-	1.089	1.089	-	-	-
Prêmios de resseguros diferidos	28.696	-	3.528	12.014	13.154	24.744	-	2.477	20.278	1.989
Prêmios de resseguros diferidos - riscos vigentes e não emitidos	697	697	-	-	-	1.041	1.041	-	-	-
Comissões de resseguros diferidas	(4.634)	-	(1.081)	(3.000)	(553)	(4.980)	-	(766)	(3.672)	(542)
Comissões de resseguros diferidas - riscos vigentes e não emitidos	(209)	(209)	-	-	-	(304)	(304)	-	-	-
Recuperação de sinistros ocorridos	12.577	12.577	-	-	-	10.714	10.714	-	-	-
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados resseguros	1.678	1.678	-	-	-	1.703	1.703	-	-	-
Outras provisões resseguros	756	756	-	-	-	1.016	1.016	-	-	-
Subtotal provisões de resseguros	39.561	15.499	2.448	9.014	12.601	33.934	14.170	1.711	16.606	1.447
Custos de aquisição diferidos	9.287	404	1.681	6.041	1.161	9.170	531	1.464	6.038	1.137
Total de ativos financeiros	259.204	101.027	41.681	21.198	95.299	230.508	94.083	37.410	36.111	62.904
Contas a pagar	9.434	9.434	-	-	-	12.604	12.604	-	-	-
Débito de operações com seguro e resseguro	22.019	22.019	-	-	-	26.695	26.695	-	-	-
Provisão de prêmios não ganhos	45.593	-	8.751	30.470	6.372	45.255	-	7.137	31.994	6.124
Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e não emitidos	2.097	2.097	-	-	-	2.815	2.815	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	35.231	35.231	-	-	-	33.608	33.608	-	-	-
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	66.786	66.786	-	-	-	63.717	63.717	-	-	-
Provisão de despesas relacionadas	2.463	2.463	-	-	-	3.135	3.135	-	-	-
Outras provisões	761	761	-	-	-	383	383	-	-	-
Subtotal provisões seguros	152.931	107.338	8.751	30.470	6.372	148.913	103.658	7.137	31.994	6.124
Deposito Terceiro	594	-	365	229	-	650	-	647	3	-
Total de passivos financeiros	184.978	138.791	9.116	30.699	6.372	188.862	142.957	7.784	31.997	6.124

(*) O montante classificado em "Sem vencimento" refere-se a Prêmios RVNE e Provisão riscos de crédito

Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o capital regulamentar, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente.

4.6 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia.

Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Controle de risco de mercado

A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia é limitada aos seus investimentos em fundos de investimento. A alocação em renda variável se faz por via de um fundo de investimento em ações focado principalmente em dividendos com perspectivas de longo prazo.

O controle de risco de mercado utiliza-se do VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 para cálculo de margens.

Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a principal exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos os investimentos em DPGEs.

5 Instrumentos financeiros (Aplicações)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía aplicações na categoria de “Títulos disponíveis para venda”, apresentadas como segue:

30/06/2018									
	Nível hierárquico	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste ao valor de mercado
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa (b)	2	81.529	-	-	-	81.529	81.529	81.529	-
LFT (c)	1	-	824	4.962	63.449	69.235	69.235	69.241	6
NTN-B	1	-	-	-	17.098	17.098	17.098	17.203	105
DPGE (a)	2	-	13.155	294	990	14.439	14.439	14.439	-
Total disponíveis para venda (*)		81.529	13.979	5.256	81.537	182.301	182.301	182.412	111
Total aplicações		81.529	13.979	5.256	81.537	182.301	182.301	182.412	111

31/12/2017									
	Nível hierárquico	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste ao valor de mercado
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa (b)	2	71.987	-	-	-	71.987	71.987	71.987	-
LFT (c)	1	-	-	-	52.403	52.403	52.403	52.416	13
NTN-B	1	-	-	-	6.675	6.675	6.675	6.466	(209)
DPGE (a)	2	-	5.287	12.721	1.242	19.250	19.250	19.250	-
Total disponíveis para venda (*)		71.987	5.287	12.721	60.320	150.315	150.315	150.119	(196)
Total aplicações		71.987	5.287	12.721	60.320	150.315	150.315	150.119	(196)

(*) As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nas categoria “Títulos disponíveis para venda” representam na data-base 100% (100% em 31 de dezembro de 2017) da carteira de investimentos.

(a) Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) foram pactuados com taxa pós-fixada que varia entre 104,5% e 109,0% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancário) e foram registrados pelo seu valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ativos em DPGE contam com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, de acordo com a Resolução nº 4.222/13 do Banco Central do Brasil.

(b) Referem-se às cotas de fundos de investimentos não exclusivos, sendo os investimentos em renda fixa composto na sua totalidade por títulos públicos, e são valorizados pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

(c) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Movimentação aplicações financeiras

30/06/2018						
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Quotas de fundos de investimento de renda fixa	71.987	19.054	(11.759)	2.247	-	81.529
LFT	52.403	53.536	(38.186)	1.476	6	69.235
NTN-B	6.675	11.257	(1.137)	616	(313)	17.098
DPGE	19.250	-	(5.406)	595	-	14.439
Total	150.315	83.847	(56.488)	4.934	(307)	182.301

30/06/2017						
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Quotas de fundos de investimento de renda fixa	72.022	12.393	(15.863)	3.996	-	72.548
LFT	65.930	-	(13.802)	3.441	38	55.607
NTN-B	8.393	-	(245)	391	112	8.651
DPGE	14.717	-	-	896	-	15.613
Total	161.062	12.393	(29.910)	8.724	150	152.419

6 Créditos de operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

30/06/2018					
Ramo	Prêmios a Receber	Prêmios RVNE	Provisão riscos de crédito	Total	Média de parcelamento (meses)
Compreensivo empresarial	6.896	630	(119)	7.407	3
Lucros cessantes	585	-	(1)	584	3
Riscos de engenharia	2.932	827	(23)	3.736	2
Riscos diversos	1.105	39	(429)	715	2
Riscos nomeados e operacionais	1.290	115	(12)	1.393	2
Responsabilidade civil administradores e diretores	1.641	189	(14)	1.816	2
Responsabilidade riscos ambientais	1	-	-	1	2
Responsabilidade civil geral	4.545	753	(43)	5.255	3
Responsabilidade civil profissional	1.437	229	(55)	1.611	3
Total	20.432	2.782	(696)	22.518	3

31/12/2017					
Ramo	Prêmios a Receber	Prêmios RVNE	Provisão riscos de crédito	Total	Média de parcelamento
Compreensivo empresarial	6.798	870	(241)	7.427	3
Lucros cessantes	894	-	(4)	890	3
Riscos de engenharia	6.694	2.092	(63)	8.723	2
Riscos diversos	674	49	(174)	549	3
Riscos nomeados e operacionais	2.703	178	-	2.881	2
Responsabilidade civil administradores e diretores	1.669	146	(16)	1.799	3
Responsabilidade riscos ambientais	32	-	(1)	31	3
Responsabilidade civil geral	4.400	1.236	(112)	5.524	3
Responsabilidade civil profissional	1.253	253	(63)	1.443	3
Total	25.117	4.824	(674)	29.267	3

b. Prêmios a receber - Seguros por vencimento

	30/06/2018	31/12/2017
A Vencer		
Entre 1 a 30 dias	6.780	10.641
Entre 31 a 60 dias	4.316	5.297
Entre 61 a 120 dias	5.395	5.698
Entre 121 a 180 dias	1.536	1.029
Entre 181 a 365 dias	226	249
Total a vencer	18.253	22.914
Vencidos		
Entre 1 a 30 dias	894	1.130
Entre 31 a 60 dias	665	266
Entre 61 a 120 dias	57	460
Entre 121 a 180 dias	16	165
Entre 181 a 365 dias	498	133
Acima de 365 dias	49	49
Total vencidos	2.179	2.203
Total a vencer e vencidos (sem RVNE)	20.432	25.117

c. Prêmios a receber - movimentação

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	29.267	21.743
Prêmios emitidos (exceto convênio DPVAT)	38.114	38.060
Prêmios riscos vigentes mas não emitidos (RVNE)	(2.042)	460
Prêmios cancelados	(4.185)	(4.370)
Prêmios recebidos	(41.003)	(29.886)
Redução ao valor recuperável	(23)	(83)
Imposto sobre operação financeira (IOF)	2.390	221
Saldo final	22.518	26.145

d. Operações resseguradoras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios a restituir	855	832
Sinistros pagos a recuperar	2.638	2.272
Total	<u>3.493</u>	<u>3.104</u>

Sinistros pagos a recuperar - Aging

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1 a 30 dias	970	1.256
31 a 60 dias	897	352
61 a 120 dias	767	242
121 a 180 dias	4	422
Total	<u>2.638</u>	<u>2.272</u>

7 Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência das apólices. O prazo médio de diferimento é de 2 anos para o ramo de Riscos de engenharia e 1 ano para os demais ramos.

Composição

Ramo	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compreensivo empresarial	2.801	2.908
Lucros cessantes	209	248
Riscos de engenharia	2.173	2.299
Riscos diversos	179	208
Riscos nomeados e operacionais	395	431
Responsabilidade civil administradores e diretores	733	575
Responsabilidade riscos ambientais	3	18
Responsabilidade civil geral	1.858	1.743
Responsabilidade civil profissional	936	740
Total	<u>9.287</u>	<u>9.170</u>
Circulante	8.126	8.033
Não circulante	1.161	1.137

Movimentação

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo inicial	9.170	7.285
Apropriações	(5.906)	(4.938)
Constituições	6.023	5.829
Saldo final	<u>9.287</u>	<u>8.176</u>

8 Imobilizado e intangível

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia não identificou indício de perda efetiva no valor recuperável de seus ativos.

	Taxa de depreciação anual	30/06/2018				
		01/01/2018	Adições	Alienações	Depreciação / Amortização 30/06/2018	
Equipamentos de informática	20%	1.883	198	-	(281)	1.800
Móveis e utensílios	10%	145	15	(3)	(9)	148
Veículos	20%	502	-	-	(76)	426
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	806	-	-	(102)	704
Outras imobilizações		170	92	(24)	(26)	212
Total do imobilizado		3.506	305	(27)	(494)	3.290
Software	20%	343	70	-	(57)	356
Total do intangível		343	70	-	(57)	356

	Taxa de depreciação anual	30/06/2017				
		01/01/2017	Adições	Alienações	Depreciação / Amortização 30/06/2017	
Equipamentos de informática	20%	531	1.269	(1)	(156)	1.643
Móveis e utensílios	10%	138	-	-	(8)	130
Veículos	20%	423	223	-	(69)	577
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.011	-	-	(102)	909
Outras imobilizações		105	38	(44)	(8)	91
Total do imobilizado		2.208	1.530	(45)	(343)	3.350
Software	20%	344	84	-	(110)	318
Total do intangível		344	84	-	(110)	318

9 Contas a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Obrigações a pagar	3.850	6.967
Fornecedores	1.468	1.826
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	2.382	5.141
Impostos e encargos sociais a recolher	2.729	3.196
Imposto de renda retido de funcionários	225	413
Imposto de renda retido de terceiros	18	29
Imposto sobre serviços retido	32	45
Imposto sobre operações financeiras	1.444	1.803
Contribuições previdenciárias	898	727
Contribuições para o FGTS	85	120
Outros impostos e encargos sociais	27	59
Encargos trabalhistas	2.690	2.194
13º Salário a pagar	666	-
Férias a pagar	2.024	2.193
Outros encargos	-	1
Impostos e contribuições	155	242
Imposto de renda	-	52
Contribuição social	-	42
COFINS	133	127
PIS	22	21
Outras contas a pagar	10	5
	10	5
Total	<u>9.434</u>	<u>12.604</u>

10 Débitos de operações com seguros e resseguros

a. Operações com seguradoras

Refere-se aos prêmios de cosseguros cedidos dos ramos Property & Casualty (P&C) a serem pagos as seguradoras. Em 30 de junho de 2018 possuem montante de R\$ 729 (R\$ 4.141 em 31 de dezembro de 2017).

b. Operações com resseguradoras

Ramo	30/06/2018			Total
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Excesso de Danos	
Compreensivo empresarial	3.581	235	2.223	6.039
Lucros cessantes	286	-	145	431
Riscos de engenharia	1.474	255	3.458	5.187
Riscos diversos	208	14	192	414
Riscos nomeados e operacionais	421	40	286	747
Responsabilidade civil administradores e diretores	2	-	886	888
Responsabilidade civil geral	407	10	2.034	2.451
Responsabilidade civil profissional	41	1	324	366
Total	6.420	555	9.548	16.523

Ramo	31/12/2017			Total
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Excesso de Danos	
Compreensivo empresarial	5.569	355	1.843	7.767
Lucros cessantes	555	-	120	675
Riscos de engenharia	2.606	662	1.419	4.687
Riscos diversos	385	21	159	565
Riscos nomeados e operacionais	967	70	139	1.176
Responsabilidade civil administradores e diretores	3	-	419	422
Responsabilidade civil geral	410	1	590	1.001
Responsabilidade civil profissional	54	1	334	389
Total	10.549	1.110	5.023	16.682

c. Corretores de seguros e resseguros

Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos.

Ramo	30/06/2018		Total
	Comissões a pagar	Comissões RVNE	
Compreensivo empresarial	369	128	497
Lucros cessantes	620	-	620
Riscos de engenharia	541	148	689
Riscos diversos	171	7	178
Riscos nomeados e operacionais	85	18	103
Responsabilidade civil administradores e diretores	308	38	346
Responsabilidade riscos ambientais	55	-	55
Responsabilidade civil geral	1.534	154	1.688
Responsabilidade civil profissional	303	47	350
Total	3.986	540	4.526

Ramo	31/12/2017		
	Comissões a pagar	Comissões RVNE	Total
Compreensivo empresarial	705	174	879
Lucros cessantes	515	-	515
Riscos de engenharia	1.364	375	1.739
Riscos diversos	118	12	130
Riscos nomeados e operacionais	285	28	313
Responsabilidade civil administradores e diretores	268	27	295
Responsabilidade riscos ambientais	55	-	55
Responsabilidade civil geral	1.201	244	1.445
Responsabilidade civil profissional	267	50	317
Total	4.778	910	5.688

11 Depósito de terceiros

O montante de R\$ 594 (R\$ 650 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao recebimento antecipado dos prêmios relativos a documentos em fase de emissão e créditos de prêmios e emolumentos de seguros e cosseguros aceitos, quando não identificado no ato do recebimento.

Aging	30/06/2018	31/12/2017
1 a 30 dias	3	542
31 a 60 dias	346	97
61 a 120 dias	14	8
121 a 180 dias	3	3
181 a 365 dias	192	-
Superior a 365 dias	36	-
Total	594	650

12 Provisões técnicas seguros e resseguro

a. Provisões técnicas de Seguro

30/06/2018						
Ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Outras Provisões (PDA - DPVAT)	Total
Compreensivo empresarial	13.775	9.291	1.597	661	-	25.324
Lucros cessantes	1.144	-	-	-	-	1.144
Riscos de engenharia	12.157	10.635	919	506	-	24.217
Riscos diversos	933	-	8	36	-	977
Riscos nomeados e operacionais	2.466	659	109	21	-	3.255
Responsabilidade civil administradores e diretores	3.694	191	151	33	-	4.069
Responsabilidade riscos ambientais	18	8	-	-	-	26
Responsabilidade civil geral	8.969	5.227	906	1.074	-	16.176
Responsabilidade civil profissional	4.534	1.489	1.295	132	-	7.450
DPVAT	-	7.731	61.801	-	761	70.293
Total	47.690	35.231	66.786	2.463	761	152.931
Circulante	41.318	35.231	66.786	2.463	761	146.559
Não circulante	6.372	-	-	-	-	6.372

31/12/2017

Ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Outras Provisões (PDA - DPVAT)	Total
Compreensivo empresarial	14.649	3.851	554	755	-	19.809
Lucros cessantes	1.284	-	-	-	-	1.284
Riscos de engenharia	12.828	13.433	1.721	838	-	28.820
Riscos diversos	889	27	38	46	-	1.000
Riscos nomeados e operacionais	2.755	1.270	504	75	-	4.604
Responsabilidade civil administradores e diretores	3.113	181	70	80	-	3.444
Responsabilidade riscos ambientais	98	8	-	-	-	106
Responsabilidade civil geral	8.750	5.471	882	767	-	15.870
Responsabilidade civil profissional	3.704	387	636	574	-	5.301
DPVAT	-	8.980	59.312	-	383	68.675
Total	48.070	33.608	63.717	3.135	383	148.913
Circulante	41.946	33.608	63.717	3.135	383	142.789
Não circulante	6.124	-	-	-	-	6.124

b. Provisões técnicas de resseguro

Ramo	30/06/2018						Total
	Prêmios de resseguros diferidos	Comissões diferidas	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	
Compreensivo empresarial	10.579	(2.496)	8.083	6.236	1.065	404	15.788
Lucros cessantes	801	(189)	612	-	-	-	612
Riscos de engenharia	11.437	(1.425)	10.012	5.807	490	250	16.559
Riscos diversos	761	(168)	593	-	5	22	620
Riscos nomeados e operacionais	1.775	(363)	1.412	292	49	11	1.764
Responsabilidade civil administradores e diretores	860	-	860	1	1	1	863
Responsabilidade civil geral	2.532	(194)	2.338	223	43	53	2.657
Responsabilidade civil profissional	648	(8)	640	18	25	15	698
Total	29.393	(4.843)	24.550	12.577	1.678	756	39.561
Circulante	16.239	(4.290)	11.959	12.577	1.678	756	26.960
Não circulante	13.154	(553)	12.601	-	-	-	12.601

Ramo	31/12/2017						Total
	Prêmios de resseguros diferidos	Comissões diferidas	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	
Compreensivo empresarial	10.428	(2.805)	7.623	2.311	352	457	10.743
Lucros cessantes	806	(213)	593	-	-	-	593
Riscos de engenharia	9.619	(1.509)	8.110	7.480	915	402	16.907
Riscos diversos	715	(170)	545	16	23	28	612
Riscos nomeados e operacionais	1.858	(411)	1.447	762	282	45	2.536
Responsabilidade civil administradores e diretores	460	-	460	4	6	6	476
Responsabilidade civil geral	1.550	(168)	1.383	117	74	30	1.604
Responsabilidade civil profissional	349	(8)	340	24	51	48	463
Total	25.785	(5.284)	20.501	10.714	1.703	1.016	33.934
Circulante	23.796	(4.742)	19.054	10.714	1.703	1.016	32.487
Não circulante	1.989	(542)	1.447	-	-	-	1.447

c. Movimentações da Provisões técnicas de seguros

30/06/2018						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Outras Provisões (PDA - DPVAT)	Total
Saldo Inicial	48.070	33.608	63.717	3.135	383	148.913
Apropriações	(30.544)	-	-	-	-	(30.544)
Constituições	30.164	19.996	-	1.661	-	51.791
Reversões	-	(6.471)	579	958	-	(6.850)
Pagamentos	-	(10.623)	-	(1.375)	-	(11.998)
DPVAT	-	(1.249)	2.490	-	378	1.619
Total	47.690	35.231	66.786	2.463	761	152.931
30/06/2017						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Outras Provisões (PDA - DPVAT)	Total
Saldo Inicial	38.897	28.631	57.483	1.105	520	126.546
Apropriações	(26.135)	20.654	-	-	-	(26.135)
Constituições	29.544	(10.811)	-	3.272	-	53.470
Reversões	-	(5.694)	(474)	(597)	-	(11.882)
Pagamentos	-	(852)	-	(1.402)	-	(7.096)
DPVAT	-	-	2.614	-	31	1.793
Total	42.306	31.928	59.623	2.288	551	136.696

d. Movimentações das provisões técnicas de resseguros

30/06/2018							
	Prêmios de resseguros diferidos	Comissões diferidas - prêmios resseguro cedidos	Provisão prêmio não ganho (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
Saldo Inicial	25.785	(5.284)	20.501	10.714	1.703	1.016	33.934
Apropriações	(14.537)	1.042	(13.495)	-	-	-	(13.495)
Constituições	18.145	(601)	17.544	9.641	-	592	27.777
Reversões	-	-	-	(2.746)	(25)	(230)	(3.001)
Pagamentos	-	-	-	(5.032)	-	(622)	(5.654)
Total	29.393	(4.843)	24.550	12.577	1.678	756	39.561
30/06/2017							
	Prêmios de resseguros diferidos	Comissões diferidas - prêmios resseguro cedidos	Provisão prêmio não ganho (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
Saldo Inicial	19,718	(4.186)	15.532	6.066	1.444	383	23.425
Apropriações	(9.750)	1.292	(8.458)	-	-	-	(8.458)
Constituições	16.888	(1.483)	15.405	9.197	(523)	1.094	25.173
Reversões	-	-	-	(4.978)	-	(268)	(5.246)
Pagamentos	-	-	-	(3.022)	-	(605)	(3.627)
Total	26.856	(4.377)	22.479	7.263	921	604	31.267

e. Provisão para sinistros em discussão judicial

A Companhia tem registros de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica “Provisão de sinistros a liquidar” de R\$ 6.608 (R\$ 7.657 em 31 de dezembro de 2017), que referem-se principalmente ao Convênio DPVAT.

30/06/2018									
Sinistros Judiciais			DPVAT			Total			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	2	691	264	2.951	42.188	6.285	2.953	42.879	6.549
Perda possível	37	23.095	59	-	-	-	37	23.095	59
Perda remota	4	2.152	-	-	-	-	4	2.152	-
Total	44	25.938	323	2.951	42.188	6.285	2.995	68.126	6.608

31/12/2017									
Sinistros Judiciais			DPVAT			Total			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	2	541	264	3.136	36.910	7.393	3.138	37.451	7.657
Perda possível	25	18.564	-	-	-	-	25	18.564	-
Perda remota	4	1.941	-	-	-	-	4	1.941	-
Total	31	21.046	264	-	-	-	3.167	57.955	7.657

13 Garantia das provisões técnicas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões técnicas de seguros e resseguros		
Provisão de prêmios não ganhos	47.690	48.070
Provisão de sinistros a liquidar	35.231	33.608
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	66.786	63.717
Provisão de despesas relacionadas	2.463	3.135
Outras provisões (PDA - DPVAT)	761	383
Total	152.931	148.913
Direitos creditórios	(16.197)	-
Prêmios de resseguros diferidos	(11.039)	(10.029)
Provisão de sinistros a recuperar	(12.577)	(10.714)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados resseguros	(1.678)	(1.703)
Provisão de despesas relacionadas	(756)	(1.016)
Provisão do Convênio DPVAT	(70.293)	(68.675)
Total	(112.540)	(92.137)
Total a ser coberto	40.391	56.776
Ativos vinculados		
Títulos de renda fixa - públicos	60.682	44.206
Títulos de renda fixa - privados	-	15.103
Total	60.682	59.309
Suficiência de cobertura	20.291	2.533

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2018 é de R\$ 142.432 (R\$ 94.432 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 474.138.086 (205.613.256 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencente a acionistas domiciliados no país. Em assembleia geral extraordinária realizada em 25 de maio de 2018 os acionistas deliberaram pelo aumento de capital em espécie no montante de R\$ 48.000, mediante emissão de 268.524.830 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital está em fase de aprovação pela SUSEP.

b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, quando aplicável.

c. Dividendos

Ao acionista está assegurado dividendos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma prevista na legislação societária brasileira.

d. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações da Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades Seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base, o capital de risco e a margem de solvência, como demonstrado abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	78.008	45.586
Ajustes contábeis:	(486)	(425)
(-) Despesas antecipadas	(130)	(82)
(-) Ativo intangível	(356)	(343)
Ajustes associados a variação dos valores econômicos:	-	-
Superávit de fluxos prêmios não registrados apurado no TAP (+)	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	77.522	45.161
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	7.675	7.103
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.100	1.222
Capital baseado no risco operacional	627	611
Capital baseado no risco de mercado	615	491
Efeito em função da correlação	(926)	(884)
Capital de risco (II)	9.091	8.543
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (I) e (II)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA-CMR)	62.522	30.161

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações da Resolução CNSP nº 343/16 determinam que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez de 223% (30% em 31 de dezembro de 2017) equivalente a R\$ 20.291 (R\$ 2.533 em 31 de dezembro de 2017).

15 Detalhamento das contas do resultado

Principais ramos de atuação

Ramo	30/06/2018		
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo empresarial	12.704	97%	21%
Lucros cessantes	1.059	0%	19%
Riscos de engenharia	4.192	-45%	18%
Riscos diversos	765	20%	21%
Riscos nomeados e operacionais	2.033	32%	15%
Responsabilidade civil administradores e diretores	3.288	0%	19%
Responsabilidade riscos ambientais	81	0%	18%
Responsabilidade civil geral	7.054	31%	20%
Responsabilidade civil profissional	2.390	58%	21%
DPVAT	12.047	85%	1%
Total	45.613	55%	15%

Ramo	30/06/2017		
	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo empresarial	10.217	29%	21%
Lucros cessantes	747	0%	19%
Riscos de engenharia	5.103	83%	17%
Riscos diversos	559	13%	22%
Riscos nomeados e operacionais	587	-10%	19%
Responsabilidade civil administradores e diretores	2.717	6%	18%
Responsabilidade riscos ambientais	104	0%	19%
Responsabilidade civil geral	6.306	60%	19%
Responsabilidade civil profissional	1.869	43%	19%
DPVAT	16.178	86%	1%
Total	44.387	58%	13%

a. Prêmios ganhos (brutos de resseguro)

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios de seguros	33.771	31.783
Cosseguros aceito de congêneres	2.535	1.907
Cosseguros cedidos a congêneres	(1.076)	(2.533)
Prêmios convênio DPVAT	12.637	16.480
Prêmios riscos vigentes mas não emitidos (RVNE)	(2.043)	460
Variação das provisões técnicas	(211)	(3.710)
Total	45.613	44.387

b. Receita com emissões de apólices

Referem-se a receitas com emissões de apólices relativas ao ramo DPVAT, reconhecidos com base nos demonstrativos fornecidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, no montante de R\$ 1.426 em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.453 em 30 de junho de 2017).

c. Sinistros ocorridos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Indenizações avisadas	(14.375)	(10.865)
Indenizações avisadas - convênio DPVAT	(6.243)	(7.001)
Despesas com sinistros	(1.354)	(1.903)
Despesas com sinistros - convênio DPVAT	(2.365)	(2.871)
Recuperação de indenizações de congêneres	880	1.022
Recuperação de despesas de congêneres	42	106
Salvados e ressarcimentos	5	48
Varição da provisão de IBNR	(579)	474
Varição da provisão de IBNR - convênio DPVAT	(1.630)	(3.993)
Varição de despesas relacionadas (IBNR)	608	(878)
Serviço de assistência	(17)	(15)
Total	<u>(25.028)</u>	<u>(25.876)</u>

d. Custos de aquisição

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Comissão sobre prêmios emitidos	(6.811)	(6.320)
Comissão sobre prêmios riscos vigentes mas não emitidos (RVNE)	369	(134)
Comissão sobre prêmios de cosseguros aceito	(401)	(344)
Comissão convênio DPVAT	(151)	(194)
Recuperação de comissão sobre prêmios de cosseguros cedidos	167	478
Outros custos de aquisição	(95)	(62)
Varição do custo de aquisição diferido	117	892
Total	<u>(6.805)</u>	<u>(5.684)</u>

e. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Outras receitas	<u>90</u>	<u>29</u>
Outras receitas com operações de seguros	26	-
Outras receitas convênio DPVAT	59	29
Outras receitas	5	-
Outras despesas	<u>(2.178)</u>	<u>(2.359)</u>
Despesas com cobrança	(40)	-
Outras despesas convênio DPVAT	(1.196)	(1.385)
Redução ao valor recuperável	188	(85)
Outras despesas com operações de seguros	(895)	(534)
Despesas diversas	(235)	(355)
Total	<u>(2.088)</u>	<u>(2.330)</u>

f. Resultados com resseguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas com resseguros	7.232	4.520
Indenizações de sinistros	6.895	4.219
Despesas com sinistros	467	712
Varição das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(25)	(525)
Varição das despesas relacionadas (IBNR)	(105)	114
Despesas com resseguros	(13.671)	(10.297)
Prêmios de resseguros cedidos	(21.758)	(20.430)
Prêmios de resseguros cedidos - riscos vigentes mas não emitidos (RVNE)	767	(26)
Comissões sobre prêmios cedidos em resseguros	3.486	3.227
Comissões sobre prêmios cedidos em resseguros riscos - vigentes mas não emitidos (RVNE)	(212)	11
Varição das despesas de resseguro	4.049	6.950
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador	(3)	(29)
Total	(6.439)	(5.777)

g. Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Pessoal próprio	(14.069)	(13.017)
Serviços de terceiros	(2.681)	(3.011)
Localização e funcionamento	(2.355)	(2.266)
Publicidade e propaganda	(787)	(334)
Publicação	(118)	(133)
Donativos e contribuições	(41)	(26)
Outras despesas administrativas	(21)	(160)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(1.276)	(1.311)
Total	(21.348)	(20.258)

h. Despesas com tributos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Impostos federais	-	(32)
Impostos estaduais	(23)	(117)
Impostos municipais	(132)	(66)
Contribuições para o COFINS	(602)	(770)
Contribuições para o PIS	(98)	(125)
Contribuições sindicais	(2)	(42)
Taxa de fiscalização	(104)	(100)
Total	(961)	(1.252)

i. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras	5.078	8.913
<i>Disponíveis para venda</i>		
Títulos de renda fixa privados	595	867
Títulos de renda fixa públicos	2.092	3.833
Com fundo de investimentos	102	188
Com fundo de investimento convênio DPVAT	2.145	3.809
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
Títulos de renda fixa privados	-	28
Com operações de seguros	58	62
Convênio DPVAT	79	118
Outros	7	8
Despesas financeiras	(2.181)	(3.888)
Com operações de seguros	(2.145)	(3.809)
Convênio DPVAT	(10)	(9)
Impostos sobre operações financeiras	(17)	(12)
Outros	(9)	(58)
Total	2.897	5.025

16 Imposto de renda e contribuição social

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia apurou prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 14.538 (R\$ 12.078 em 30 de junho de 2017) e base negativa de contribuição social de R\$ 15.194 (R\$ 16.807 em 30 de junho de 2017). O saldo acumulado em 30 de junho de 2018 de prejuízo fiscal é R\$ 63.114 (R\$ 37.206 em 30 de junho de 2017) e Base negativa de R\$ 67.043 (R\$ 39.719 em 30 de junho de 2017). Esses créditos não estão registrados pelo fato da Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos, 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme circular 544/16.

17 Outras informações

a. Participação dos funcionários nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus funcionários conforme previsto no “Acordo Coletivo de Trabalho Específico sobre a Participação dos Empregados, nos Lucros e Resultados da Travelers Seguros Brasil S.A.”. Tais despesas são registradas no resultado do exercício na rubrica “Participações sobre o resultado”, em 30 de junho de 2018 o saldo dessa despesa era de R\$ 2.681 (R\$ 2.578 em 30 de junho de 2017).

b. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas ligadas pertencentes ao Grupo J.Malucelli.

Os principais saldos de receitas e despesas, estão apresentados a seguir:

Demonstrações de resultados	<u>Despesas</u>	
	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
J.Malucelli Part. Seguros e Resseguros S.A.		
Ressarcimento de despesas administrativas	15	222
J.Malucelli Seguradora S.A.		
Ressarcimento de despesas administrativas	332	41
Porto de Cima Participações e Serviços S.A.		
Ressarcimento de despesas administrativas	17	61
J.Malucelli Construtora de Obras S.A.		
Ressarcimento de despesas administrativas	2	-
Total	<u><u>366</u></u>	<u><u>324</u></u>

As transações com a empresa J.Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A. referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura a qual compreende serviços administrativos, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. O critério de alocação destes custos é determinado, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela empresa prestadora do serviço. Não há saldo pendentes de liquidação no final do semestre.

d. Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 1.831 em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.647 em 30 de junho de 2017) estão registradas na rubrica “Despesas administrativas - pessoal próprio”.

e. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 17 Contratos de seguro

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo o IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021.

A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros emitidos usando como mensuração os fluxos de caixa descontados e esperados, mais uma margem de risco para refletir o valor e o cronograma dos fluxos de caixa do seguro.

A abordagem simplificada (the “premium allocation approach”) seguirá uma abordagem semelhante à contabilidade atual dos passivo por cobertura remanescente (prêmios ganhos) e o reconhecimento dos prêmios ganhos em determinadas circunstâncias, por exemplo, para políticas que fornecem cobertura para 12 ou menos meses. Para as apolices não autorizadas a utilizar a abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 proibira qualquer ganho que resultaria do uso desses descontos, ajustado ao risco estimada de valor de caixa esperado (política de reservas), através da adição de uma margem de serviço contratual.

A IFRS 17 exige que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega serviços de seguros, em vez de receber prêmios de apolices não permitidas para usar a abordagem de alocação de prêmio. A IFRS 17 também altera a contabilização de resseguro cedidos compensando a comissão cedida contra o prêmio de resseguro, definindo como despesa de resseguro.

A Companhia pretende adotar a IFRS 17 em suas demonstrações financeiras para o período anual que começa em 1º de janeiro de 2021. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto da adoção da IFRS 17 em suas demonstrações financeiras.

CPC 48 - IFRS 9 Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, o IASB publicou uma versão alterada dos Instrumentos Financeiros da IFRS 9, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e inclui orientação sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e uma nova contabilidade global de modelo de hedge. A classificação de ativos financeiros é baseada nas características de fluxo de caixa e no modelo de negócios em que um ativo é mantido. A classificação determina como um instrumento financeiro é contabilizado e mensurado.

A IFRS 9 também introduz um modelo único de redução ao valor recuperável para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado que requer reconhecimento de perdas de crédito esperadas no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro e reconhecimento de perdas de crédito esperadas a tempo inteiro se determinados critérios forem cumpridos. O novo modelo de hedge accounting esta alinhada com a contabilidade de hedge para as atividades de gerenciamento de riscos.

Ao adotar a isenção temporária descrita anteriormente, a Companhia pretende adotar a IFRS 9 em suas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2021. A companhia está avaliando o impacto da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações Financeiras.

A norma será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras e a composição da carteira de arrendamento da companhia nessa data,.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais das locações de sua sede e filiais.

A companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais

A norma será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

* * *

Diretoria

Leonardo Freire de Semenovitch - Diretor Presidente
Sandro Della Negra Povegliano - Diretor Técnico
Rafael Monteiro Rubez Felix - Diretor de Sinistros
Ed de Almeida Carlos - Diretor Comercial

Atuário

Robson Petersen do Amaral
MIBA - 1896

Contador

Francisco Sousa Lima
CRC-SP 220155/O-0